cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.08 06:19:40 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 8 de dezembro de 2023 • Nº 1698 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Confissão para o Natal

PÁGINA 3

CORRUPÇÃO

Tribunal Suíço manda repatriar US$ 16,3 mi de contas de Maluf

O Tribunal Penal Federal Suíço determinou a repatriação de US$ 16,303 milhões bloqueados em contas bancárias mantidas naquele país pelo ex-deputado Paulo Maluf. A decisão atendeu a um pedido de dois órgãos brasileiros - o Ministério Público Federal e a Advocacia-Geral da União -, que tentam recuperar valores ligados a crimes de lavagem de dinheiro atribuídos a Maluf em um esquema de propinas na Prefeitura de São Paulo. O pedido de repatriação dos valores, feito por meio da Secretaria de Cooperação Internacional à Confederação, foi fundamentado na condenação de Maluf, pelo Supremo Tribunal Federal, a sete anos e nove meses de prisão devido a movimentações bancárias de US$ 15 milhões entre 1998 e 2006 em contas na ilha de Jersey, paraíso fiscal localizado no Canal da Mancha. A sentença foi assinada em maio de 2017 pela Primeira Turma da Corte máxima. PÁGINA 3

NOVEMBRO

União paga R$ 1,07 bilhão de dívidas de estados

O Tesouro Nacional pagou, em novembro deste ano, R$ 1,07 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte - R$ 731,96 milhões - é relativa a atrasos de pagamento do governo estadual do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R$ 221,52 milhões do Rio Grande do Sul e R$ 76,51 milhões de Goiás. A União também cobriu, no mês passado, R$ 39,67 milhões de dívidas de Minas Gerais e R$ 70 mil de débitos do município de Santanópolis (BA). Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem, em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional. PÁGINA 2

2023

ANFAVEA

Produção de veículos fica abaixo das expectativas

A produção de veículos caminha para terminar o ano um pouco pior do que o esperado pelas montadoras, apesar do crescimento do consumo de automóveis. Segundo previsão atualizada pela Anfavea, a associação do setor, a três semanas do fim do ano, 2023 deve fechar com queda de 0,5%, com 2,36 milhões de unidades saindo das linhas de montagem na soma de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Durante o anúncio dos números, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite (**foto**), disse que a expectativa para a produção é de uma "pequena melhora" em relação a 2023 e se deve, principalmente, ao crescimento do mercado interno. PÁGINA 2

MAIS AGILIDADE

STF decide voltar a julgar ações penais nas turmas

Seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já votaram para transferir os julgamentos de ações penais do plenário para as turmas, como ocorreu entre 2014 e 2020. A mudança no regimento interno da Corte é debatida em uma sessão administrativa virtual. Até o momento, os ministros Luís Roberto Barroso, presidente do STF, Edson Fachin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes se posicionaram a favor da alteração. Por ora, ministro Luiz Fux é contrário. A primeira experiência do STF com o julgamento de ações penais nas turmas ocorreu após o escândalo do mensalão, que é considerado o ponto de virada que consolidou a centralidade das atribuições criminais do STF. PÁGINA 5

FAKE NEWS

Moraes prorroga inquérito de big techs que agiram para derrubar PL

CARLOS MOURA/STF

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 60 dias a investigação que mira o Google e o Telegram por campanhas contra o PL das Fake News. O inquérito foi aberto em maio, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas segundo Moraes ainda há diligências pendentes. "Encaminhem-se os autos à Polícia Federal para continuidade das investigações", despachou o ministro. A decisão atendeu a um pedido da vice-procuradora-geral da República, Ana Borges, número dois da PGR, que no mês passado, quando a investigação estava prestes a expirar, pediu mais tempo para concluir o inquérito. PÁGINA 5

TRT-RIO

Ministros do STJ votam por condenar 3 magistrados

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça já conta cinco votos para condenar três desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-1) por suposta ligação com esquema de propinas para favorecer organizações sociais com dívidas trabalhistas judicializadas e com valores a receber do poder público. O julgamento foi iniciado ontem. A ministra Nancy Andrighi , relatora, votou pela condenação do desembargador Marcos Pinto da Cruz 20 anos e três meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de associação criminosa, peculato, corrupção passiva e ativa, e lavagem de dinheiro. Ao todo, 4 desembargadores do TRT são acusados pela suposta participação em grupo criminoso. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,31% / 126.009,57 / 386,92 / Volume: R$ 20.661.171.239 / Negócios: 3.232.642

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO SOMA ON NM	6.880	+5.68	+0.370
EZTEC ON NM	18.61	+5.44	+0.96
YDUQS PART ON NM	21.19	+4.75	+0.96
CYRELA REALTON NM	23.00	+4.74	+1.04
PETRORECSA ON EJ NM	20.180	+4.40	+0.850

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
ENGIE BRASILON NM	43.37	−2.69	−1.20
HYPERA ON NM	35.72	−2.40	−0.88
CIELO ON NM	4.31	−2.05	−0.09
SAO MARTINHOON NM	29.33	−2.04	−0.61
KLABIN S/A UNT N2	20.64	−1.95	−0.41

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	33.42	−0.24	−0.08
VALE ON NM	72.60	+0.32	+0.23
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	31.62	+0.99	+0.31
PETRORIO ON NM	42.42	+2.36	+0.98
SUZANO S.A. ON NM	50.91	−0.31	−0.16

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	36.117,38	+0,17
NASDAQ Composite	14.339,994	+1,37
CAC 40	7.428,52	-0,10
FTSE 100	7.513,72	-0,02
DAX	16.628,99	-0,16
Ftse Mib	30.136,02	-0,63

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/11)	12,25%
Poupança 3 (07/12)	0,6071%
TR (07/12)	0,1066%
IGP-M	0,59% (nov.)
IPCA-15	0,33% (nov.)
CDI (01/11)	12,15%
OURO BM&F/grama	R$ 319,26
EURO Comercial	Compra: 5,3002 Venda: 5,3009
EURO turismo	Compra: 5,3458 Venda: 5,5258
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,0949 -0,17%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9083 Venda: 4,9089
DÓLAR turismo	Compra: 4,9218 Venda: 5,1018

Economia

MERCADOS

Bovespa se firma em alta de 0,31% e retoma linha dos 126 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu o padrão das quatro sessões anteriores, desde a virada do mês, em que tem alternado perdas e ganhos a cada dia. Ontem, o índice fechou em leve alta de 0,31%, aos 126 009,57 pontos, recuperando fração da queda de 1,01% registrada no dia anterior. Ontem, oscilou em margem estreita, de cerca de mil pontos, entre a mínima (125.565,53) e a máxima (126 581,04) da sessão, em que saiu de abertura aos 125.622,65. O giro foi de R$ 20,6 bilhões ontem. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) ainda cede 1,7% e, neste começo de dezembro, recua 1,04%. No ano, sobe 14,83%.

No fechamento da sessão em Nova York, Dow Jones mostrava alta de 0,17%; S&P 500, de 0,8%, e Nasdaq, de 1,37%.

Nesta véspera de payroll, o desempenho do setor metálico foi acanhado, na B3, apesar do avanço de quase 4% para o contrato futuro de minério de ferro mais negociado em Dalian (China): Vale ON subiu 0,32% e as siderúrgicas não conseguiram se alinhar em sentido positivo, com CSN ON mostrando perda de 0,93% no fechamento.

Por outro lado, a volatilidade nos preços do petróleo, que oscilaram do positivo ao negativo à tarde, em Londres e Nova York, contribuiu para que as ações de Petrobras moderassem o grau de recuperação observado em suas ações mais cedo nesta quinta-feira, e fechassem sem direção única (ON +0,31%, PN -0,24.

Na B3, as ações de grandes bancos, por sua vez, firmaram-se em alta no meio da tarde, e apesar de oscilação pontual em direção ao fim do dia, ainda mostravam variação entre +0,25% (Bradesco PN) e +1,62% (BB ON) no fechamento, o que ajudou o Ibovespa a retomar a marca de 126 mil pontos que havia sido cedida no encerramento anterior. Na ponta ganhadora do dia, Soma (+5,68%), Eztec (+5,44%) e Yduqs (+4,75%), com Engie (-2,69%), Hypera (-2,40%) e Cielo (-2,05%) na fila oposta.

DÓLAR SOBE 0,13%

Com troca de sinais ao longo do pregão, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,13%, cotado a R$ 4,909, na contramão do sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior. Apesar da instabilidade, as oscilações foram contidas - de pouco de mais de três centavos entre mínima (R$ 4,8799) e máxima (R$ 4,9147), ambas pela manhã.

Operadores atribuíram o escorregão do real a ajustes técnicos e a fluxo de remessas ao exterior. Além disso, teria pesado contra a moeda brasileira a queda de cerca de 1% do peso mexicano, após leitura benigna da inflação no país estimular as apostas de que o banco central do México (Banxico) dará início a um ciclo de corte de juros.

2023

Produção de veículos fica abaixo das expectativas

EDUARDO LAGUNA/AE

A produção de veículos caminha para terminar o ano um pouco pior do que o esperado pelas montadoras, apesar do crescimento do consumo de automóveis. Segundo previsão atualizada pela Anfavea, a associação do setor, a três semanas do fim do ano, 2023 deve fechar com queda de 0,5%, com 2,36 milhões de unidades saindo das linhas de montagem na soma de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

Após começar o ano esperando crescimento de 2,2% da produção, a associação revisou a expectativa em outubro para uma leve alta de 0,1%.

Mais uma vez, a direção da Anfavea apontou nesta quinta-feira, durante a apresentação do balanço mensal, perda de espaço para a concorrência internacional não só no Brasil, mas também nos mercados vizinhos. Isso explicaria por que a produção cai apesar do crescimento dos mercados atendidos pelas montadoras.

As vendas de veículos no Brasil, nas contas da Anfavea, devem terminar 2023 em 2,29 milhões de unidades na soma das categorias, com crescimento de 8,8%. Isso é mais do que os 3% e 6% previstos, respectivamente, em janeiro e outubro. No entanto, 15% dos carros vendidos neste ano são importados, a maior parte pelas próprias marcas com fábricas no País para complementar a oferta.

Com o ritmo de vendas ganhando tração, os estoques caíram. Agora são 251,5 mil veículos nos pátios de fábricas e concessionárias, uma diminuição de 12 mil unidades em um mês e número suficiente para cobrir 36 dias de venda.

ALTA DE 4,7% EM 2024

A Anfavea, entidade que representa as montadoras, anunciou ontem, projeções ao desempenho do setor em 2024 que apontam a um crescimento de 4,7% da produção. Se confirmado o prognóstico, a indústria produzirá 2,47 milhões de veículos no ano que vem, voltando a crescer após a queda deste ano, porém mantendo-se em nível ainda distante do patamar superior a 2,9 milhões de unidades de antes da pandemia e da crise, já superada, de abastecimento de componentes eletrônicos.

Apesar da tendência de desaceleração econômica, as previsões da Anfavea têm como premissa a queda das taxas de juros de mercado, em conjunto com a perspectiva de melhora da confiança do consumidor.

Durante o anúncio dos números, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, disse que a expectativa para a produção é de uma "pequena melhora" em relação a 2023 e se deve, principalmente, ao crescimento do mercado interno.

Pelos prognósticos da Anfavea, as vendas de veículos no Brasil, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, devem subir 7% no ano que vem, chegando a 2,45 milhões de unidades. Só as vendas de carros eletrificados - híbridos ou puramente elétricos - devem chegar a 142 mil unidades, por volta de 6% do total, com crescimento de 61% frente ao volume de 2022: 88,8 mil.

Locadoras respondem por 27% do total de venda de carros em 2023

As locadoras ajudaram a sustentar, mais uma vez, as vendas das montadoras, representando 27% do total de carros vendidos neste ano, conforme dado levado para a apresentação de resultados da Anfavea, entidade que representa o setor.

O porcentual segue bem acima do nível de antes da pandemia (20% em 2019), ainda que não tenha conseguido repetir os 30% do ano passado, quando o resultado foi turbinado por compras que estavam represadas pela falta de automóveis decorrente da crise de abastecimento de componentes eletrônicos.

Segundo Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea, as maiores entregas a locadoras refletem, em parte, uma mudança de comportamento dos consumidores, que preferiram entrar em planos de assinatura, em vez de ter a propriedade do veículo.

Conforme os números levados pela entidade para a apresentação mensal de resultados, as locadoras caminham para terminar o ano com 570 mil carros comprados. De 2019 - ou seja, antes da pandemia - para cá, a frota de carros delas teve um crescimento de 56%, já passando de 1,5 milhão de unidades.

Apesar disso, a idade média dos carros alugados subiu nesse período de 15 para 20 meses, o que, junto com o dado de expansão da frota, mostra que as locadoras estão não só comprando mais como também vendendo menos seus automóveis usados.

ELETROELETRÔNICOS

Abinee prevê alta de 2% do faturamento do setor

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Com base nos dados setoriais disponíveis e nas perspectivas macroeconômicas para o próximo ano, a indústria eletroeletrônica espera faturar R$ 208,393 bilhões em 2024. Se a expectativa for confirmada, o setor experimentará um crescimento de 2% das suas receitas em relação às registradas em 2023, quando o faturamento deste segmento da indústria deverá fechar em R$ 204,282 bilhões, mostrando uma queda de 6% relativamente aos R$ 218,226 bilhões contabilizados em 2022.

Os dados são da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), que ontem, recebeu jornalistas para sua tradicional entrevista coletiva de fim de ano para fazer o balanço do ano e as expectativas para 2024.

Sobre 2023, de acordo com a Abinee, o desempenho da indústria eletroeletrônica ficará abaixo do esperado porque neste mesmo período de 2022 a expectativa era de que neste ano o setor fosse crescer 5%. Ocorre é que o empresário da indústria eletroeletrônica mostrou-se cauteloso durante o ano com as incertezas tanto com o cenário interno quanto com o externo, o que inibiu os negócios e os investimentos.

Essa prudência também pode ser observada no comportamento do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Setor Eletroeletrônico, divulgado pela CNI e agregado pela Abinee, que se manteve próximo da linha divisória de 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança, durante todo o ano.

Vale destacar que esse índice ficou abaixo desta linha divisória em alguns momentos deste ano, inclusive no último indicador divulgado pela CNI referente ao mês de novembro de 2023, em que o ICEI do setor registrou 48,6 pontos, indicando falta de confiança do empresário.

Essa cautela levou ao recuo do o número de empregados do setor, estimado em 267,3 mil para 263,3 mil funcionários, numa redução prevista de 4 mil postos de trabalho. A utilização da capacidade instalada deverá passar de 76% em dezembro de 2022 para 72% no final de 2023.

Este foi, segundo o presidente da Abinee, o menor porcentual registrado desde junho de 2020, de 68%. Por outro lado, as exportações de produtos eletroeletrônicos deverão aumentar 7%, totalizando US$ 7,2 bilhões, contribuindo com o desempenho do setor.

TESOURO

União paga R$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

O Tesouro Nacional pagou, em novembro deste ano, R$ 1,07 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte - R$ 731,96 milhões - é relativa a atrasos de pagamento do governo estadual do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R$ 221,52 milhões do Rio Grande do Sul e R$ 76,51 milhões de Goiás.

A União também cobriu, no mês passado, R$ 39,67 milhões de dívidas de Minas Gerais e R$ 70 mil de débitos do município de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem, em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R$ 10,776 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R$ 3,923 bilhões couberam ao estado do Rio de Janeiro, R$ 2,919 bilhões a Minas Gerais, R$ 1.334 bilhão ao Rio Grande do Sul e R$ 844,33 milhões a Goiás.

O governo federal também cobriu garantias - ao longo de 2023 - do Maranhão (R$ 681,40 milhões), de Pernambuco (R$ 645,03 milhões), do Piauí (R$ 334,22 milhões) e do Espírito Santo (R$ 61,72 milhões). Em relação aos municípios, o Tesouro Direto quitou R$ 32,82 milhões de dívidas em atraso de Taubaté (SP) e R$ 240 mil de Santanópolis.

LOCOMOTIVA

Pesquisa revela que a cada dez brasileiros, oito estão endividados

LETYCIA BOND/ABRASIL

Pesquisa do Instituto Locomotiva e MFM Tecnologia aponta que oito em cada dez famílias brasileiras estão endividadas e um terço têm dívidas em atraso. Os dados foram divulgados ontem no relatório Raio-x dos Brasileiros em Situação de Inadimplência. Os índices, que haviam piorado significativamente durante a pandemia da covid-19, já recuaram, mas ainda são elevados, segundo o relatório.

Para averiguar como anda o cenário de inadimplência no país, a entidade realizou 983 entrevistas pela internet. O questionário foi aplicado entre 11 e 22 de setembro, entre homens e mulheres de todos os estados.

O instituto buscou compreender quais as circunstâncias ligadas à falta de pagamento em dia das contas. A intenção foi identificar a origem das dívidas contraídas, mas também capturar percepções dos brasileiros sobre a perspectiva que têm no horizonte quanto quitar os débitos e também verificar como a inadimplência afeta a vida pessoal dos brasileiros e como os círculos sociais influenciam no modo como as pessoas conduzem sua vida financeira. O que continua abrindo mais brechas para a inadimplência é o cartão de crédito, de acordo com a pesquisa. O cartão foi a fonte de 60% dos débitos em aberto neste ano, porcentagem que superou a de 2022, de 56%. Deixar de liquidar dívidas junto a bancos e financeiras e empréstimos e financiamentos também tem sido um desafio para grande parte dos brasileiros. Uma parcela de 43% lida com isso atualmente, proporção que subiu em relação ao ano passado, quando era de 40%.

Os brasileiros também acumulam dívidas do cheque especial (19%); de contas de serviços básicos, como luz, gás e água (17%); de impostos, como IPVA e IPTU (15%); de celular (14%); e compras feitas em lojas de departamento (12%). Contas pendentes de assinaturas de internet e TV a cabo respondem por 10% e são seguidas na lista pelas ligadas a planos de saúde (6%); mercado (5%); mensalidades em escolas (4%); taxas de condomínio (4%); fabricantes de produtos que a pessoa revende (3%); lojas de materiais esportivos (1%).K

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 05:13 18:43 **PRIMAVERA:** Sol com poucas nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora.

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

Venda da Sabesp tem pontos em aberto e contestações

DANIEL MELLO/ABRASIL

Ainda existem contestações e questionamentos em aberto após a aprovação do projeto de lei que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Na quarta-feira passada, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a proposta do governo paulista que permite a venda do controle acionário da estatal.

Para entrar em vigor, é preciso que o texto seja sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas, o que deve ocorrer em breve, uma vez que o projeto é de autoria do Executivo.

A Sabesp oferece os serviços de água e esgoto a partir de contratos com as prefeituras. Os termos dos contratos precisarão ser revistos pelas administrações e câmaras municipais.

Nesse processo, a cidade de São Paulo tem atenção especial. A capital paulista é responsável por quase metade da base de clientes da companhia, que atende 28 milhões de pessoas em 375 municípios.

NOVOS CONTRATOS

O Tribunal de Contas do Município (TCM) tem enviado questionamentos à prefeitura paulistana sobre como está sendo preparada a transição em um cenário no qual a privatização da Sabesp se concretize. Ontem os conselheiros enviaram um novo ofício pedindo esclarecimentos do Executivo municipal. Um dos pontos de interesse do tribunal é saber se o atual contrato de saneamento será prorrogado até 2060.

O governo estadual tem negociado diretamente com os municípios para que façam a renovação do contrato de concessão por mais 20 anos além do previsto inicialmente. O TCM quer também saber se, no caso de renovação contratual, o município receberá algum tipo de compensação.

Outro ponto que os conselheiros querem entender é se a prefeitura está preparada para assumir os serviços de saneamento se houver extinção do termo com a Sabesp. A análise do contrato após a privatização devem passar também pelos vereadores na Câmara Municipal.

"Nós acreditamos que a Câmara Municipal, não só de São Paulo, mas principalmente de São Paulo, joga um papel fundamental, porque, se os municípios não concordarem com o processo de privatização, a privatização não acontecerá", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Antonio Faggian. A privatização já vem sendo debatida pelos vereadores paulistanos nos últimos meses.

JUDICIALIZAÇÃO

O sindicato pretende continuar fazendo pressão contra a venda do controle da estatal. Um dos focos da disputa é a contestação jurídica do processo. Os trabalhadores organizados acreditam que a privatização da empresa só seria possível por uma proposta de emenda à Constituição do estado.

Uma ação civil pública movida por deputados e vereadores do PT em São Paulo pede a nulidade do contrato firmado entre o governo estadual e a International Finance Corporation (IFC), instituição membro do Grupo Banco Mundial, que foi responsável pelo estudo técnico que deu parecer favorável à desestatização da companhia.

Os riscos da capital paulista entrar em uma disputa judicial com a Sabesp são outro ponto sob avaliação do TCM.

LEILÃO

Apesar dos obstáculos políticos e jurídicos, o governo do estado pretende concluir a venda do controle acionário da empresa até julho de 2024. Atualmente, metade das ações da empresa está sob controle privado, sendo que parte é negociada na B3 (bolsa de valores brasileira) e parte na Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos. O governo de São Paulo é o acionista majoritário, com 50,3% do controle da empresa. O projeto prevê a venda da maior parte dessas ações, mas com o governo mantendo poder de veto em algumas decisões.

A intenção do governo é colocar as ações à venda na bolsa de valores. Esse trâmite deve seguir as determinações da Comissão de Valores Mobiliários.

CORRUPÇÃO

Tribunal Suíço manda repatriar US$ 16 mi de contas de Maluf

PEPITA ORTEGA/AE

O Tribunal Penal Federal Suíço determinou a repatriação de US$ 16,303 milhões bloqueados em contas bancárias mantidas naquele país pelo ex-deputado Paulo Maluf. A decisão atendeu a um pedido de dois órgãos brasileiros - o Ministério Público Federal e a Advocacia-Geral da União -, que tentam recuperar valores ligados a crimes de lavagem de dinheiro atribuídos a Maluf em um esquema de propinas na Prefeitura de São Paulo.

O pedido de repatriação dos valores, feito por meio da Secretaria de Cooperação Internacional à Confederação, foi fundamentado na condenação de Maluf, pelo Supremo Tribunal Federal, a sete anos e nove meses de prisão devido a movimentações bancárias de US$ 15 milhões entre 1998 e 2006 em contas na ilha de Jersey, paraíso fiscal localizado no Canal da Mancha. A sentença foi assinada em maio de 2017 pela Primeira Turma da Corte máxima.

Segundo a Procuradoria e a AGU, o processo ainda está em andamento na Justiça suíça e os valores seguem bloqueados até o julgamento final. A decisão favorável aos órgãos brasileiros foi proferida no dia 19 de setembro e divulgada ontem.

A repatriação de valores bloqueados na Suíça está ligada à denúncia em que a Procuradoria-Geral da República acusou Maluf de ter desviado de recursos de obras tocadas pelo Consórcio Águas Espraiadas, formado pelas construtoras OAS e Mendes Júnior e responsável por obras viárias em São Paulo. O desvio de recursos públicos de Maluf à frente da Prefeitura de São Paulo teria gerado prejuízo ao erário de cerca de US$ 1 bilhão.

Em conluio com seus parentes, Maluf teria ocultado e dissimulado a origem e natureza de recursos ilícitos por meio de transferência de valores envolvendo contas bancárias de fundos de investimentos, segundo o Ministério Público Federal.

MICROCEFALIA

Butantan iniciará teste pré-clínico de vacina contra vírus da Zika em 2024

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Instituto Butantan anunciou ontem que está desenvolvendo uma vacina contra o vírus Zika, que pode causar microcefalia em bebês quando a infecção ocorre durante a gestação. O imunizante é composto pelo vírus inativado, plataforma classificada pelo instituto como ideal e mais segura para aplicação em gestantes.

A expectativa é que os testes em animais tenham início no segundo semestre de 2024. "Os pesquisadores têm se dedicado ao estudo da vacina desde 2015, quando o Brasil enfrentou uma epidemia do vírus", destacou o Butantan. Dados do Ministério da Saúde mostram que, entre 2015 e 2022, o país registrou quase 1,9 mil casos de microcefalia congênita.

"Estudos de prova de conceito feitos em animais, para avaliar a viabilidade do produto, já mostraram que a vacina é capaz de gerar anticorpos neutralizantes contra o Zika. A próxima etapa, prevista para agosto de 2024, é fazer testes pré-clínicos de segurança para verificar a tolerabilidade e possíveis reações adversas", destacou o Butantan.

"Apesar de ainda estar em fase inicial, a expectativa em relação à nova candidata a vacina é positiva. Ela utiliza técnicas clássicas de produção, além de um adjuvante tradicional, o hidróxido de alumínio (composto responsável por potencializar a resposta e ajudar a mantê-la a longo prazo). São métodos conhecidos e considerados seguros pela comunidade científica."

VACINA

De acordo com o instituto, o processo de produção do imunizante funciona da seguinte forma: as células são cultivadas em frascos, multiplicadas em biorreator e inoculadas com o vírus; depois, o material é filtrado para eliminar contaminantes celulares. O passo seguinte é a inativação do vírus, utilizando um reagente químico clássico e, depois, ocorre a purificação. Por fim, o vírus inativado e purificado é concentrado e formulado. O produto final pode ser armazenado em refrigeração comum – entre 2 graus Celsius (°C) e 8°C.

Para chegar a duas formulações adequadas, foram testadas mais de 60 diferentes composições nos últimos anos. Neste momento, os pesquisadores trabalham na versão final, que será encaminhada para estudos pré-clínicos. Com a formulação estabelecida, o produto tem uma estabilidade de 100% por pelo menos quatro meses e atividade comprovada por até oito meses.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO E RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), em consonância com o disposto na cláusula 16 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 15 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Securitização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tempo, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programada ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"). Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte) dias contados do envio de prévia comunicação, pela Securitizadora, neste sentido. Caso o Devedor não deposite o montante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo ali previsto, tal evento será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário, conforme previstas neste instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorização para a Securitizadora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. **RERRATIFICAÇÃO:** A Securitizadora vem, ainda, por meio da presente, rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista nos dias 16, 17 e 21 de novembro de 2023, respectivamente, nas páginas 03 de cada edição, consoante aos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, unicamente para esclarecer, retificar e ratificar a indicação do quórum de deliberação da matéria constante da Ordem do Dia (i), que poderão ser tomadas pelos Titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação, tendo em vista a alteração do Fundo de Liquidez, que integra o termo definido "Garantias" no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 07 de dezembro de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Confissão para o Natal

Tende piedade ó Senhor, misericórdia (Sl 50)

A Igreja, como Mãe Misericordiosa, recomenda que todos os fiéis realizem ao menos uma vez por ano a confissão sacramental – chamada de confissão auricular – em vista da preparação da Páscoa de Nosso Senhor. Mas, é claro que é prudente nos confessarmos sempre que acharmos necessário e, sobretudo agora no final do ano, em vista do Natal de Nosso Senhor. Algumas paróquias realizam nesse período o Mutirão de Confissões do mesmo modo que é realizado durante a Quaresma.

Conforme chegamos ao final do ano, é necessário "limpar a casa" e jogar fora tudo aquilo que não queremos levar para o próximo ano. Por isso, é necessário limpar o nosso coração e realizar a confissão sacramental para poder acolher o Menino Jesus que virá e celebrar o final de ano de maneira leve.

As paróquias costumam realizar no final do ano a "celebração penitencial", uma maneira de pedirmos a Deus o perdão de nossos pecados, mas é claro que a celebração penitencial nos prepara para a confissão diante do padre, ou seja, a confissão auricular ou individual. Portanto, a celebração penitencial nos ajuda a lembrar de nossos pecados e a realizar, posteriormente, uma boa confissão. Para realizar uma boa confissão é necessário fazer um bom exame de consciência, que podemos realizar ao longo da celebração penitencial.

Para viver esse período com leveza e alegria, é necessário sentir o perdão e o amor de Deus, para que possamos transmitir o perdão e o amor aos nossos semelhantes. A confissão é uma oportunidade que temos de sentir o amor de Deus por nós, e ainda colocar em prática aquilo que rezamos no Pai Nosso: "*Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem tem nos ofendido*", ou seja, se Deus nos dá infinitamente o seu perdão, devemos, do mesmo modo, amar os nossos semelhantes.

Um bom exame de consciência é aquele que fazemos a partir dos dez mandamentos da lei de Deus, pois todas as vezes que pecamos infringimos um dos dez mandamentos. Por isso, para realizarmos uma boa confissão não podemos chegar na igreja e ir logo para o confessionário, precisamos antes conversar com Deus e fazer um bom exame de consciência. Os três primeiros mandamentos referem-se à nossa relação com Deus e os outros sete referem-se à nossa relação com o próximo. Por isso, antes de nos confessarmos, o melhor exame de consciência que podemos fazer é a partir dos dez mandamentos.

Durante esse tempo do Advento, procure o sacerdote e realize a confissão sacramental auricular, para poder celebrar de maneira pura o Natal do Senhor. O sacerdote naquele momento é o próprio Cristo, que nos acolhe e perdoa. O padre não vai nos julgar e nem condenar, pelo contrário, vai orientar e absolver dos pecados, e muito menos, não vai sair contando os pecados, já que o segredo de confissão é impenetrável. Por isso, não tenha medo de realizar a sua confissão e se preparar bem para o Natal do Senhor.

A confissão é uma oportunidade de purificar a alma para receber o menino Deus que deseja nascer em nosso coração nesse Natal. Após a confissão, nos sentimos mais leves e como que abraçados por Deus, e ainda nos tornamos mais livres para amar e perdoar o nosso próximo. Lembrando ainda que podemos nos confessar ao longo do ano inteiro, sempre que sentirmos necessidade, mas sobretudo em preparação à Páscoa e ao Natal.

No intuito de ajudar a realizar uma boa confissão, antes de se confessar, reze o ato de contrição, pode ser realizado ao chegar na igreja quando fizer o exame de consciência, após a celebração penitencial, ou ainda, diante do sacerdote antes de confessar os pecados. Segue um exemplo de ato de contrição, pois existem outros que podem ser feitos:

Meu Deus, eu me arrependo de todo o meu coração
de Vos ter ofendido, porque sois bom e amável.
Prometo, com Vossa graça,
esforçar-me para não mais pecar.
Meu Jesus, misericórdia.
Amém.

Para receber a absolvição dos pecados é necessário estar arrependido de ter cometido os mesmos. Confessem de coração sincero, pois também Deus nos perdoará de coração sincero.

Para se confessar é necessário ter fé também, ou seja, acreditar que naquele momento nos confessamos diante do próprio Cristo, e não para um ser humano. Temos que acreditar que o padre, que naquele momento representa o próprio Jesus, é capaz de perdoar os nossos pecados. Durante a missa, Deus nos perdoa os pecados veniais, e é necessário confessar os chamados pecados graves ou mortais que não são perdoados durante a missa. Sejamos honestos conosco mesmos e confessemos os nossos pecados, até porque para comungar é necessário estar em estado de graça, para que não comunguemos a nossa própria condenação.

Desejo um santo Advento que prepare o Natal para todos, com Jesus no coração e com a alma limpa. Desejo ainda, uma boa confissão em preparação ao Natal. Procure a sua paróquia e veja o horário de confissões e se haverá o mutirão de confissões de maneira auricular. Se preferir, em várias igrejas temos confissões diariamente com padres atendendo com muita dedicação e respeito. Não importa o local, mas que a confissão seja realizada.

Rio de Janeiro

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Chova rápida durante o dia e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** 34º 25º 85% 04:58 18:30

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente **EDITAL**, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 15 de dezembro de 2023, às 10h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) aprovação da abertura de linha de crédito no valor de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com YALEEH FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ nº 36.703.167/0001-66, mediante a alienação fiduciária da embarcação Surfer 1870 e cessão do crédito em garantia dos recebimentos do contrato de afretamento da referida embarcação com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2023.
RENATO DE ANDRADE CABRAL

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA - CO FUJB Nº 03/2023 PROCESSO FUJB Nº. 27.613-8 OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO À EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO LIPCAT – REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO E EXAUSTÃO, NO PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRJ" DATA: 21/12/2023 HORA: 10h (dez horas) LOCAL: Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio – **FUJB. VALOR ESTIMADO: R$ 2.098.170,91 (dois milhões noventa e oito mil cento e setenta reais e noventa e hum centavos).** A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site **http://www.fujb.ufrj.br**, podendo também ser retirado, caso necessário, mediante a entrega de um Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da **FUJB**, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo **e-mail slc@fujb.ufrj.br** nos horários já indicados.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2023
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
(Original assinado)

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME: 24.176.892/0001-44 - NIRE: 33.3.0031913-1

Ata de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 16/11/23 às 11:30 horas, na sede social da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência. **3. MESA:** Presidente - Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário - Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, o Conselho de Administração aprovou a reeleição do **(a)** Sr. Rogério Diniz de Oliveira, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.782.367-90, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, e **(b)** Sr. Murilo Magalhães Nogueira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 871060168/D CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 829.271.117-15, para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Companhia, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Centro, CEP 20030-021, e com mandato unificado de 1 (um) ano, ou seja, até o dia 16/11/24, conforme respectivos Termos de Posse (Anexo I e II). Fica a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente nos órgãos próprios. **6. ESCLARECIMENTOS:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária. Certificamos que a presente é cópia fiel e confere com a via original lavrada em livro próprio. **7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 16/11/23. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário. Visto do Advogado:** Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5915878 em 30/11/23.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** ("Companhia") realizada às 13:30 horas do dia 22 de novembro de 2023. **Local:** no escritório da Companhia em São Paulo, localizado na Rua Bela Cintra nº 986, 1º andar, sala 11, na Cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** com a presença da totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Marco Aurelio Brito Braga, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. **Mesa:** Marcelo Leite Barros, Presidente. **Deliberações: I-** O Conselho, por unanimidade, deliberou a formalização da aprovação do Comitê de Sustentabilidade e a eleição dos seguintes membros, com mandato até 27/04/2025: Estaneslau Leonor Klein, Marina Pereira Costa Magalhães, Lívia Ballot de Miranda e Francisco de Assis Lafeta Couto; **II-** O Conselho, por unanimidade, deliberou a eleição de Matheus Cardani Bizetti como membro do Comitê Financeiro de Assessoramento ao Conselho de Administração, com mandato até 27/04/2025; **III-** O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos, a participação da Companhia nos Consórcios: (i) Consórcio Granadina SP-L3; (ii) Consórcio SP-L6 e (iii) Consórcio Granadinas SP-L1, constituídos para a geração compartilhada de energia elétrica no Estado de São Paulo, com o intuito de reduzir o custo do consumo de energia elétrica da Companhia; **IV—** O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos a proposta abaixo, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia: (a) alteração do objeto social da Companhia para a inclusão da atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM; (b) alteração do número de ações da Companhia face ao cancelamento das ações adquiridas do Clube de Investimentos dos Ferroviários da SUDFER; (c) exclusão do parágrafo primeiro, art. 2º do Estatuto Social; (d) alteração no título do Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia; (e) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. O Estatuto Social da Companhia consolidado passará a viger com a seguinte redação, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia: *"Artigo 2°– A Companhia tem por objeto: a) prestar serviços de transporte ferroviário de carga mediante utilização dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM; b) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; c) implantar e explorar terminais intermodais executando serviços e operações de movimentações e armazenagem de mercadorias, mediante a utilização do modal ferroviário e prestar serviço de operação ferroviária em terminais de terceiros; d)participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos;e) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores, incluindo a prestação de serviço de consultoria técnica em temas ferroviários e a venda de materiais de reemprego e do estoque; f) exercer outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Companhia, tais como a venda de novas tecnologias desenvolvidas pela Companhia. Parágrafo 1° – A Companhia visando à consecução de seus objetivos poderá, por deliberação de seu Conselho de Administração, constituir empresas sob seu controle acionário, bem como participar de outras sociedades. Parágrafo 2º – Na execução de seu objeto social, a Companhia cumprirá os regulamentos e as normas aplicáveis ao transporte ferroviário, suas operações e demais modalidades de transporte, bem como as leis, regulamentos e demais atos expedidos pelo Poder Concedente. Artigo 3° – A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, competindo ao Conselho de Administração fixar a sua exata localização. A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, criar e manter filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País. Artigo 4° – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. "Artigo 5° – O capital social da Companhia é de R$3.961.030.948,65 (três bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, trinta mil e novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), totalmente integralizado e dividido em 337.977.019 (trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e sete mil e dezenove) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 187.210.201 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e dez mil e duzentos e uma) ações ordinárias, 81.588.066 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil e sessenta e seis) ações preferenciais classe "A" e 69.178.752 (sessenta e nove milhões, cento e setenta e oito mil e setecentos e cinquenta e duas) ações preferenciais classe "B". Respeitado o disposto no artigo 6° abaixo, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.". "CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL PND/A-05/96/RFFSA, CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO COM A UNIÃO E RESPECTIVOS TERMOS ADITIVOS. Artigo 29 – Nenhum acionista deterá, direta ou indiretamente, participação superior a 20% do capital votante sem prévia autorização do Poder Concedente. Artigo 30 – Um dos membros do Conselho de Administração será eleito por indicação dos empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.* **V-** O Conselho aprovou, por unanimidade dos votos proferidos, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que terá como ordem do dia a deliberação das seguintes matérias: (i) alteração do objeto social da Companhia da atividade de Operador de Transporte Multimodal - OTM, (ii) alteração do número de ações da Companhia face ao cancelamento das ações adquiridas do Clube de Investimentos dos Ferroviários da SUDFER; (iii) exclusão do parágrafo primeiro, art. 2º do Estatuto Social; (iv) alteração título VIII do Estatuto Social; (v) em vista da deliberação do item "i", "ii" "iii" e "iv", alterar arts. 2º, letra "c"; e exclusão do parágrafo 1º do mesmo artigo; alterar o art.5º, o título do Capítulo VIII e consolidar o Estatuto Social. Certidão da **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** – Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 2023/00986402-6 – 01/12/2023. Certifico o arquivamento em 04/12/2023 e o registro sob o número: 00005921604 – Data: 04/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

TRT-Rio

Ministros do STJ votam por condenar desembargadores

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça já conta cinco votos para condenar três desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-1) por suposta ligação com esquema de propinas para favorecer organizações sociais com dívidas trabalhistas judicializadas e com valores a receber do poder público. O julgamento foi iniciado ontem.

A ministra Nancy Andrighi (**foto**), relatora, votou pela condenação do desembargador Marcos Pinto da Cruz 20 anos e três meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de associação criminosa, peculato, corrupção passiva e ativa, e lavagem de dinheiro.

Ao todo, quatro desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), instalado no Rio, são acusados pela suposta participação em grupo criminoso que, em troca de propina, atuaria para incluir empresas e organizações sociais em plano especial de execução da Justiça do Trabalho.

Andrighi também votou pela condenação dos desembargadores José da Fonseca Martins Junior e Fernando Antônio Zorzenon da Silva e pela absolvição do desembargador Antônio Carlos de Azevedo Rodrigues.

Também já votaram os ministros Humberto Martins (revisor), Francisco Falcão, Luis Felipe Salomão e Assusete Magalhães. Todos acompanharam a relatora. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Og Fernandes.

A Corte Especial decidiu prorrogar o afastamento cautelar de Marcos Pinto da Cruz, José da Fonseca Martins Junior e Fernando Antônio Zorzenon da Silva até o final do julgamento. A decisão não foi estendida ao desembargador Antônio Carlos de Azevedo Rodrigues.

A relatora votou pela condenação de José da Fonseca Martins Junior e Fernando Antônio Zorzenon da Silva, às penas de 16 anos e três meses de reclusão e de dez anos e cinco meses de reclusão, respectivamente. Ela também votou pela decretação da perda do cargo público dos três magistrados.

VIA ESCRITÓRIOS

De acordo com a denúncia da Procuradoria, organizações sociais sediadas no Rio, com dívidas trabalhistas judicializadas e com valores a receber do poder público, foram beneficiadas pelo esquema.

A Procuradoria destaca que 'diante desse cenário, o desembargador Marcos Pinto da Cruz procurou Edmar Santos (ex-secretário de Saúde do Rio) para que, em vez de o Estado pagar diretamente à organização social, o dinheiro fosse depositado judicialmente para a quitação do débito trabalhista, mediante a inclusão da organização no plano especial de execução'.

WIKIPÉDIA

Em contrapartida, as organizações deveriam contratar escritório de advocacia indicado pelo desembargador, de forma que, após o recebimento dos honorários, parte dos valores fosse repassada à organização criminosa.

O esquema também teria incluído empresas e consórcios com dívidas trabalhistas e valores a receber do Rio, envolvendo milhões de reais.

A Procuradoria afirma que, para execução do esquema, o grupo teria contado com a participação de dois ex-presidentes do TRT1, os desembargadores Fernando Antonio Zorzenon da Silva e José da Fonseca Martins Junior.

Relatora vê organização com 'intricada mecânica de cooptação e divisão de tarefas'

Nancy Andrighi apontou que o pagamento de honorários advocatícios foi a forma utilizada pelos integrantes da organização criminosa para dissimular o recebimento de propina.

A ministra anotou que a comprovação do esquema foi possível a partir da determinação judicial de quebra do sigilo bancário dos investigados e da apreensão de aparelhos telefônicos, 'os quais continham conversas comprometedoras entre os membros do grupo'.

Andrighi afirmou que mensagens de texto e áudio juntadas ao processo comprovam que várias pessoas jurídicas foram cooptadas pelo grupo, a fim de que ingressassem no plano de execução da Justiça do Trabalho e viabilizassem o desvio de verba pública, inclusive para pagamento direto de honorários em benefício de parentes dos desembargadores acusados.

"É de clareza cartesiana a associação delitiva formada entre desembargadores, advogados e altos membros do Poder Executivo estadual, para o fim de cometer os crimes de corrupção ativa e passiva, peculato e lavagem de capitais, com intrincada mecânica de cooptação e divisão de tarefas", afirmou a ministra.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

CONSTRUTORA NOVOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.633.447/0003-58, torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do Processo EIS-PRO-2022/07964.05, a Licença Municipal Prévia e de Instalação - LMPI, para desenvolvimento de projeto de construção de grupamento residencial multifamiliar, situado à Rua Lucília, 215 - PAL 26.808, Campo Grande.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA - CO FUJB Nº 04/2023 PROCESSO FUJB Nº. 27.611-1 OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO À EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO LIPCAT – REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE INCÊNDIO E PÂNICO, NO PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRJ" DATA: 22/12/2023 HORA: 10h (dez horas) LOCAL: Avenida Pasteur, 280 - Urca, Cidade do Rio de Janeiro - RJ / Sala de reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio – **FUJB. VALOR ESTIMADO: R$ 170.961,08 (cento e setenta mil novecentos e sessenta e um reais e oito centavos).** A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site http://www.fujb.ufrj.br, podendo também ser retirado, caso necessário, mediante a entrega de um Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo **e-mail slc@fujb.ufrj.br** nos horários já indicados.

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2023
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
(Original assinado)

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 – NIRE 33.300.162.178
Edital de Convocação dos Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
("Companhia") para Assembleia Geral Extraordinária

Duque de Caxias, 06/12/2023. Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu Presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 15/12/2023, às 14h00min ("AGE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 – Bloco Vermelho – 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, para discutirem e deliberarem sobre: **1.** Substituição e eleição de membro suplente do Conselho de Administração. **Informações Gerais:** (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e (2) A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Atenciosamente, ***Carlo Alberto Bottarelli*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (07, 08 e 09/12/2023)

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME: 32398.119/0001-50 - NIRE: 33.3.0032928-5

Ata de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 16/11/23 às 10:30 horas, na sede social da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência. **3. MESA:** Presidente - Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário - Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria. **5. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, o Conselho de Administração aprovou a reeleição do **(a)** Sr. Rogério Diniz de Oliveira, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.782.367-90, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, e **(b)** Sr. Murilo Magalhães Nogueira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 871060168/D CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 829.271.117-15, para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Companhia, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Centro, CEP 20030-021, e com mandato unificado de 1 (um) ano, ou seja, até o dia 16/11/24, conforme respectivos Termos de Posse (Anexo I e II). Fica a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente nos órgãos próprios. **6. ESCLARECIMENTOS:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária. Certificamos que a presente é cópia fiel e confere com a via original lavrada em livro próprio. **7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 16/11/23. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário. Visto do Advogado:** Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5915652 em 30/11/23.

SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A.
CNPJ/MF nº 00.832.397/0001-88 / NIRE 33.3.0028756-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA SISTAC SISTEMAS DE ACESSO S.A.

SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prefeito Aristeu Ferreira da Silva, nº 2797, Bairro Vale Encantado, CEP 27.930-070, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 00.832.397/0001-88, e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE nº 33.3.0028756-6, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**") convoca os titulares das debêntures da 1° (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Emissora ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente) a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos Cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da SISTAC – Sistemas de Acesso S.A.* " celebrado em 15 de fevereiro de 2023 ("**Escritura de Emissão**"), entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("**Agente Fiduciário**"), para que se reúnam em Assembleia Geral de Debenturistas ("**Assembleia**") a ser realizada de forma **exclusivamente digital e remota, através do sistema eletrônico** *Microsoft Teams*, **com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, em primeira convocação**, no dia **27 de dezembro de 2023, às 10:00 horas**, autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), conforme o §2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Emissora, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão de anuência prévia temporária para o eventual descumprimento pela Emissora do Índice Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão), exclusivamente com relação à apuração a ser realizada em 31 de dezembro de 2023, de forma que não seja caracterizada uma hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático da Emissão, conforme previsto no item (xvii) da Cláusula 6.3 da Escritura de Emissão; e (ii) autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realização de todos os atos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima.

Informações Adicionais: Instrução de Voto à Distância: A Assembleia será realizada através do sistema eletrônico *"Microsoft Teams"*, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico da Emissora viviane.saraiva@sistac.com.br com cópia para o endereço eletrônico do Agente Fiduciário, qual seja, assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, observado o disposto no artigo 72, parágrafo 1º da Resolução CVM 81, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Nos termos do artigo 71, item I da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia, por meio de sistema eletrônico, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto à distância, conforme modelo de instrução de voto à distância disponibilizado nesta data pela Emissora em seu website no link https://www.sistac.com.br, e encaminhamento para a Emissora e o Agente Fiduciário, de forma eletrônica, para os e-mails viviane.saraiva@sistac.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. A presidência da Assembleia será determinada pelos Debenturistas em Assembleia, em conformidade com a Escritura de Emissão. Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital terão o significado atribuído na Escritura de Emissão.

Macaé, 08 de dezembro de 2023.
SISTAC – SISTEMAS DE ACESSO S.A.

FAKE NEWS

Moraes prorroga inquérito de big techs que agiram contra PL

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou por mais 60 dias a investigação que mira o Google e o Telegram por campanhas contra o PL das Fake News.

O inquérito foi aberto em maio, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas segundo Moraes ainda há diligências pendentes. "Encaminhem-se os autos à Polícia Federal para continuidade das investigações", despachou o ministro.

A decisão atendeu a um pedido da vice-procuradora-geral da República, Ana Borges, número dois da PGR, que no mês passado, quando a investigação estava prestes a expirar, pediu mais tempo para concluir o inquérito.

A única pendência é o depoimento do representante legal do Telegram no Brasil. Em um primeiro momento, as autoridades intimaram o CEO do aplicativo, Pavel Durov, que não compareceu ao depoimento por videoconferência.

O Telegram informou que não tem escritórios ou empregados fora dos Emirados Árabes, onde mantém sua sede, e que prestaria informações por escrito ou por meio dos advogados contratados no Brasil.

NELSON JR/ STF

A PGR afirma que as informações compartilhadas não foram suficientes e que o aplicativo precisa indicar alguém para prestar depoimento.

"A despeito das informações prestadas pela empresa Telegram, revela-se necessária a oitiva do representante da empresa, em especial para que preste informações acerca do responsável pelas decisões corporativas relacionadas a veiculação das mensagens de conteúdo político em território brasileiro", argumentou a vice-procuradora.

A delegada Kamila Monteiro Maestri, responsável pela investigação, também pediu a prorrogação. É a segunda vez que o inquérito é estendido.

Foi o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quem procurou a PGR para pedir uma investigação das big techs depois que as empresas reagiram abertamente ao PL das Fake News.

O Telegram disparou, para milhões de usuários, um manifesto contra o projeto de lei. A mensagem chamava a proposta de 'desnecessária' e dizia que ela 'concede poderes de censura ao governo'.

Já o Google exibiu em sua página inicial uma mensagem de alerta contra o PL. Os usuários que clicavam no link eram direcionados para um artigo de opinião do Diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, que acusava o texto de 'aumentar a confusão entre o que é verdade e mentira no Brasil'.

Lacerda e outros representantes da empresa já foram ouvidos pela PF. Eles informaram que o Google gastou R$ 2 milhões em anúncios sobre o projeto de lei, mas negaram que o objetivo fosse pressionar parlamentares a votar contra o texto.

Um monitoramento do *Estadão* revelou que a pressão das empresas fez com que pelo menos 33 deputados mudassem de posicionamento entre a aprovação do requerimento de urgência e a retirada de pauta, o que ocorreu em um intervalo de 14 dias. Representantes das big techs estiveram diversas vezes no Congresso e parlamentares confirmaram à reportagem que lobby foi intenso, inclusive com ameaças de remoção de conteúdo.

MAIS AGILIDADE

STF tem maioria para voltar a julgar ações penais nas turmas

RAYSSA MOTTA/AE

Seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já votaram para transferir os julgamentos de ações penais do plenário para as turmas, como ocorreu entre 2014 e 2020.

A mudança no regimento interno da Corte é debatida em uma sessão administrativa virtual. Até o momento, os ministros Luís Roberto Barroso, presidente do STF, Edson Fachin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes se posicionaram a favor da alteração. Por ora, ministro Luiz Fux é o único contrário.

A primeira experiência do STF com o julgamento de ações penais nas turmas ocorreu após o escândalo do mensalão, que é considerado por analistas o ponto de virada que consolidou a centralidade das atribuições criminais do STF. Na época, a agenda do tribunal ficou congestionada por dezenas de processos contra políticos, em detrimento da pauta constitucional, e a solução encontrada para liberar o plenário foi repassar a atribuição aos colegiados.

A sistemática foi mantida no auge da Operação Lava Jato e só foi desfeita em 2020, na gestão do ministro Luiz Fux. Quando os processos criminais oriundos da investigação da força-tarefa começaram a andar, o tribunal decidiu que era a hora de voltar a julgar as ações penais no plenário. Até então, os processos da Lava Jato corriam na Segunda Turma, que tinha um perfil mais garantista. Na época, o STF restringiu o foro privilegiado e os ministros projetaram que haveria uma redução no volume de ações penais em tramitação na Corte.

O retorno ao modelo de julgamento nas turmas ocorre em um momento em que o tribunal se vê novamente atolado por ações criminais. São mais de mil denúncias sobre o 8 de janeiro aguardando uma decisão do STF.

Ao submeter a proposta aos colegas, Barroso justificou que o objetivo é "racionalizar a distribuição do acervo criminal, reduzindo a sobrecarga do plenário sem gerar ônus excessivo aos órgãos fracionários". A ideia partiu do ministro Alexandre de Moraes e vinha sendo debatida entre os demais magistrados.

As ações penais em tramitação não serão afetadas. A mudança só se aplicará aos processos futuros. Com isso, as ações dos atos golpistas seguirão no plenário virtual. A regra de transição foi proposta por Barroso com a justificativa de evitar um "tumulto processual". Moraes foi o único a votar para que a mudança tivesse efeito imediato, inclusive sobre as ações em andamento.

FIM DO REVISOR

Outra mudança chancelada pela maioria dos ministros é a extinção da figura do ministro revisor. Como o nome sugere, o revisor é responsável pela revisão das ações penais, em complemento ao relator, que conduz o inquérito e o processo. Quem estiver nesta posição pode sugerir, por exemplo, complementações ou retificações no relatório.

O presidente do STF argumentou que a figura do ministro relator tem funcionado como mera "formalidade que pouco contribui para aprofundar a análise dos processos" e que atrasa os julgamentos. Barroso defendeu ainda que, com a migração dos processos físicos para o sistema eletrônico, que permite que todos os ministros tenham acesso aos autos a qualquer momento, a dinâmica se tornou "anacrônica". A medida, segundo Barroso, vai "contribuir para a agilidade do julgamento das ações penais originárias, em linha também com a garantia constitucional da razoável duração do processo".

CÂMARA

Cenas íntimas gravadas com câmera oculta podem gerar 4 anos de prisão

KARINA FERREIRA/AE

O projeto de lei que aumenta a pena para quem gravar ou compartilhar vídeos contendo intimidade sexual, quando obtidos sem a devida autorização dos participantes, foi aprovado na Câmara dos Deputados na sessão plenária de ontem. A proposta agora segue para a apreciação do Senado Federal.

O crime já era previsto no Código Penal e atualmente tem pena prevista de seis meses a um ano de reclusão e multa. Se o projeto se tornar lei, a punição passa a ser de um a quatro anos, mais multa. A nova pena também valerá para quem gerar imagens com inteligência artificial (ou outras tecnologias) incluindo pessoas em cenas sexuais, de nudez ou de outro caráter íntimo.

Caso o crime envolva a imagem de uma criança ou adolescente nas imagens pornográficas produzidas, a pena aumentaria para entre dois e seis anos, mais multa.

Outros crimes também passarão ter penas mais severas, caso o projeto seja aprovado. Divulgar imagens com estupro ou de estupro de vulnerável poderá condenar o criminoso a reclusão de dois a seis anos. A pena máxima é atualmente de cinco anos.

O texto aprovado é um substitutivo assinado pela relatora deputada Luisa Canziani (PSD-PR) e foi lido em Plenário pela parlamentar Jack Rocha (PT-ES). A autoria do projeto é da deputada Erika Kokay (PT-DF).

MANDATO EM RISCO

Moro se recusa a responder perguntas do PT e diz que ação é castelo de cartas

RAYSSA MOTTA/AE

O senador Sergio Moro (União-PR) foi ouvido ontem, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) na ação que pode levar à cassação do seu mandato. Ele negou irregularidades nos gastos de campanha.

O *Estadão* apurou que o senador se recusou a responder às perguntas formuladas pelas partes e deu explicações apenas aos questionamentos do juiz do caso.

A coligação Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), que move uma das ações, preparou mais de 200 perguntas. Moro não era obrigado a comparecer ao depoimento nem a responder às indagações.

Ao deixar o prédio da Justiça Eleitoral, o senador falou com a imprensa e reiterou que todos os seus gastos de campanha foram declarados e respeitaram a legislação.

Moro enfrenta duas ações na Justiça Eleitoral, que o acusam de abuso de poder econômico, abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação na campanha ao Senado.

Um dos processos é movido pelo diretório estadual do PL, com aval do presidente nacional da sigla, Valdemar Costa Neto. O PL é o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem Moro se aliou na campanha de 2022 contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

DOENÇA RENAL

Câmara aprova projeto que permite hemodiálise em trânsito pelo SUS

ALEX BRAGA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, o projeto de lei que possibilita que pacientes com doenças renais crônicas realizem hemodiálise em outras localidades quando estiverem em trânsito, ou seja, fora da cidade onde fazem o tratamento. Pelo proposta, o procedimento deverá ser feito em clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, o texto será analisado pelo Senado. Na justificativa, o ex-deputado federal Coronel Tadeu (PL-SP) afirma que o objetivo da proposta é tornar a vida do paciente em diálise mais digna, pois ele "vive sua vida como um escravo, sem poder viajar ou transitar livremente pelo País, até porque ao ser feita a solicitação pela clínica de origem a Secretaria de Saúde da unidade de destino nem responde".

A proposta aprovada na Câmara prevê que as pessoas que têm necessidade de fazer hemodiálise vão receber, por meio das secretarias de saúde, a carteira nacional de portador de doença renal crônica. O documento deverá ser apresentado para o agendamento da sessão em trânsito, que será no mesmo dia do pedido ou no seguinte.

SÃO PAULO

PF prende traficantes de drogas que atuavam no aeroporto de Guarulhos

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem nove traficantes de drogas que atuavam no Aeroporto Internacional de Guarulhos e ainda procura cinco que estão foragidos. A Operação Bota Fora foi deflagrada para cumprir, no total, 14 mandados de prisões temporárias e 18 de busca e apreensão contra esses traficantes, relativos a três investigações diferentes de grupos que enviavam cocaína para a Europa e África por meio do terminal em Guarulhos.

A droga era enviada em malas despachadas irregularmente ou por meio do setor de cargas do aeroporto. Foram apreendidos no Brasil e no exterior quase 700 quilos de cocaína que tinham como destino a Alemanha (578 quilos), Portugal (77 quilos) e a Etiópia (37 quilos). Segundo a PF, parte dos suspeitos é considerada líder do tráfico na região de Guarulhos. Eles foram identificados em grupos de WhatsApp formados para organizar o envio da droga.

"Esses crimes acontecem por conta da fraca segurança orgânica do aeroporto que precisa melhorar muito e ter não só câmeras, mas mais sistemas de controle de quem se movimenta lá dentro. Se melhorar isso eu acredito que melhore bastante. E nós temos informação de que os funcionários que atuam são aliciados tão cedo quanto eles são contratados. Alguns já são parte do grupo criminoso e vão buscar o emprego ali indicados por alguém que já está lá dentro. Ou a pessoa entra e acaba sendo cooptada ao longo do tempo", explicou o delegado Felipe Faé Lavareda de Souza.

Segundo Lavareda, para efetivar o envio da droga para fora, o criminoso pega a etiqueta da mala de um passageiro e coloca em outra bagagem, onde está a substância ilícita. A orientação para que os passageiros evitem ter suas etiquetas e malar trocadas é que sejam tiradas fotos da mala com a etiqueta e do peso e junto com o passageiro no momento do *check-in*. "Isso comprova que a pessoa estava com uma mala de uma cor diferente da que foi pega na esteira. Além do peso diferente, isso já é um indicativo de que aquela mala que foi encontrada não é do passageiro."

Nota

DERROTA EM PROJETO DE ARMAS GERA CRISE ENTRE BOLSONARISTAS

O plenário da Câmara dos Deputados reprovou na noite de quarta-feira, o pedido de urgência feito por bolsonaristas que tentavam derrubar o "revogaço" do presidente Lula que limita acesso a armas. A derrota gerou uma crise entre parlamentares da oposição, com acusações de "covardia", falta de "atenção" ao projeto ou mesmo de alinhamento com o governo. O deputado federal Sargento Gonçalves (PL-RN) expressou ser "inacreditável" terem perdido a votação por apenas três votos. "Uma matéria importantíssima, como essa, merecia mais atenção dos deputados da oposição, melhor dizendo, que se dizem da oposição, mas na prática são governistas", desabafou o parlamentar. Já o deputado Tenente-Coronel Zucco (PL-RS) chamou de "covardes" os aliados que não votaram na proposta. Entre os votos que faltaram estavam o de integrantes relevantes da bancada da bala, como Capitão Augusto (PL-SP).

PERU

Ex-presidente Alberto Fujimori deixa prisão após receber indulto

O ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, que foi condenado a 25 anos de prisão por crimes contra a humanidade, foi libertado na quarta-feira passada, sob o amparo de um indulto concedido por razões humanitárias, apesar da objeção da Justiça interamericana.

Fujimori, que sofre de várias doenças aos 85 anos, deixou o presídio de Barbadillo, a leste de Lima, às 18h29 locais, acompanhado dos filhos Keiko e Kenji, em um veículo que abriu caminho lentamente entre dezenas de apoiadores do ex-presidente

"Nosso coração explode de alegria, porque esse homem estava preso injustamente", disse à AFP Nikita, apoiadora do ex-presidente.

O Tribunal Constitucional ordenou ontem a libertação de Fujimori, após restituir um indulto concedido em 2017.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos havia pedido ao governo peruano que se abstivesse de libertar o ex-presidente até que fosse analisada a legalidade da decisão do Tribunal Constitucional.

O governo de Dina Boluarte, no entanto, autorizou a libertação.

COREIA DO NORTE

Kim chora em apelo para que mulheres tenham mais filhos

Em um evento dedicado a mães da Coreia do Norte, realizado no último domingo, o líder Kim Jong-un chamou a atenção ao chorar enquanto discursava ao público sobre a crise populacional do território, que enfrenta uma queda progressiva na taxa de natalidade há, pelo menos, uma década. Em seu discurso, Kim enfatizou o "papel central" das mulheres e declarou que é um dever delas deter a queda desse número. Embora seja difícil obter uma leitura detalhada das tendências populacionais da Coreia do Norte devido às estatísticas limitadas que o país divulga, o governo da Coreia do Sul avalia que a taxa de fertilidade do Norte diminuiu constantemente nos últimos 10 anos. Da mesma forma, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) estima que a taxa de fertilidade mais recente do país seja de 1,8 filho por mulher e que a taxa venha caindo constantemente nas últimas décadas.

"Parar o declínio nas taxas de natalidade e proporcionar bons cuidados e educação às crianças são todos assuntos de família que devemos resolver juntamente com as nossas mães", disse Kim no seu discurso de abertura da 5ª Conferência Nacional de Mães. Ele se referiu ao "problema de evitar a diminuição da taxa de natalidade" e de "fornecer bons cuidados e educação para as crianças", questões que "devem ser resolvidas trabalhando em conjunto com as mães".

Imagens que circulam nas redes sociais mostram o líder secando o rosto com um lenço durante uma pausa da fala, enquanto mulheres que estão na plateia do evento também parecem estar emocionadas De acordo com relatos da mídia estatal norte-coreana este ano, o país introduziu um conjunto de benefícios para famílias com três ou mais filhos, incluindo programas preferenciais de moradia gratuita, subsídios estatais, alimentos, remédios e utensílios domésticos gratuitos e benefícios educacionais para crianças.

A Coreia do Norte implementou programas de controle de natalidade nas décadas de 1970-80 para abrandar o crescimento populacional do pós-guerra. A taxa de fertilidade do país registou um grande declínio após uma fome em meados da década de 1990 que se estima ter matado centenas de milhares de pessoas, afirmou o Instituto de Pesquisa Hyundai, com sede em Seul, num relatório em agosto.

"Muitas famílias na Coreia do Norte também não pretendem ter mais de um filho hoje em dia, pois sabem que precisam de muito dinheiro para criar os filhos, mandá-los para a escola e ajudá-los a conseguir empregos", disse Ahn Kyung-su, chefe do DPRKHEALTH.ORG, um site com foco em questões de saúde na Coreia do Norte.

Ahn, que entrevistou muitos norte-coreanos que não querem ter filhos, disse que o contrabando de uma grande quantidade de filmes e séries de TV da vizinha Coreia do Sul também podem ter apresentado às famílias do Norte um status social mais alto para as mulheres.

BLOCOS

Mercosul e UE anunciam avanços nas negociações

JÉSSICA PETROVNA/AE

O Mercosul e a União Europeia anunciaram "avanços consideráveis" nas negociações para criação da zona de livre comércio entre os blocos. A declaração conjunta foi divulgada ontem, durante a Cúpula no Rio de Janeiro. O comunicado era esperado como uma forma de sinalizar que houve avanços nas últimas semanas já que a esperada conclusão do acordo não veio. Segundo o texto, as negociações continuam com a expectativa de que, em breve, Mercosul e União Europeia possam alcançar um "acordo que seja mutuamente benéfico para ambas as regiões e que atenda às demandas e aspirações das respectivas sociedades".

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou como as negociações foram intensificadas nos últimos dias e voltou a criticar o protecionismo dos europeus e o texto que "herdou" do governo Jair Bolsonaro.

O livre comércio entre Mercosul e União Europeia é discutido há duas décadas e está em fase de revisão técnica. De um lado, os europeus exigiram compromissos ambientais, cobrança que o Brasil vê como protecionismo verde. Do outro lado, o petista quer conter a entrada de empresas europeias nas compras do governo, que vê como um instrumento para fomentar a economia local.

Enquanto o acordo com a UE segue emperrado, o Mercosul assinou o livre comércio com Cingapura - o primeiro em 12 anos. A negociação prevê a eliminação imediata das tarifas sobre os produtos que a cidade-Estado importa dos sul-americanos.

ESSEQUIBO

Itamaraty cobra de Venezuela e Guiana uma solução pacífica

LUIZ HENRIQUE GOMES/AE

O Ministério das Relações Exteriores informou a Venezuela e a Guiana que defende uma resolução pacífica na disputa em torno da região do Essequibo, área rica em petróleo reivindicada pelos venezuelanos em um referendo no domingo passado, dia 3. O chanceler Mauro Vieira (**foto**) e o assessor especial da presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim, tiveram em contato com autoridades dos dois países nas últimas semanas na tentativa de dissuadir qualquer conflito na região, localizada ao norte do Brasil.

A posição brasileira foi externada após o presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, procurar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva há cerca de três semanas, antes do plebiscito da Venezuela Na conversa, Lula teria garantido a Irfaan Ali que não haveria nenhum "comportamento imprudente da Venezuela" na região, segundo o presidente guianense disse em entrevista à CNN

Na cúpula do Mercosul, Lula tocou no assunto e se colocou à disposição para mediar o conflito. A mediação só acontece se ambos lados envolvidos procurarem o Brasil.

Celso Amorim viajou com uma equipe para Caracas, a capital venezuelana, após o diálogo para informar o governo de Nicolás Maduro que a posição brasileira é pela resolução pacífica de qualquer controvérsia na América do Sul e que o Brasil não vai apoiar nenhuma incursão militar na região.

Na terça-feira passada, foi a vez do chanceler Mauro Vieira conversar com o presidente Irfaan Ali e externar a posição do Brasil. Segundo o Itamaraty, o ministro informou que a posição brasileira é pela resolução pacífica de qualquer controvérsia na América do Sul.

Durante a cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro, Mauro Vieira externou a posição brasileira, defendeu a manutenção da paz para o desenvolvimento da região e mostrou confiança ao afirmar que o conflito não escalaria para uma guerra. "Em um mundo conturbado, com tantos conflitos, é sempre importante lembrar a contribuição do Mercosul para que a América do Sul constitua hoje a zona de paz mais extensa do mundo", declarou. "A manutenção da paz é imprescindível para o desenvolvimento econômico e é essencial que continuemos dialogando e trabalhando para que a nossa região siga nessa trilha", concluiu.

Irfaan Ali tem procurado aliados na região para assegurar que o território seja defendido contra os planos de anexação da Venezuela. Ele defende que o Essequibo pertence à Guiana graças à divisão territorial do acordo de 1899, feito pelo Reino Unido na época em que tinha a Guiana como colônia, e que o caso deve ser julgado pela Corte Internacional de Justiça (CIJ).

ABRASIL

Mas caso "o pior cenário" aconteça, disse Irfaan Ali a emissora americana CBS, o país também tem procurado garantias de "ajuda de aliados", dentre eles os Estados Unidos.

Em público, Maduro tem dito que quer resolver o conflito pela via diplomática, especificamente através dos termos estabelecidos no Acordo de Genebra de 1966. O acordo estabeleceu na época uma comissão mista com a tarefa de buscar soluções satisfatórias para as questões de fronteira, mas nunca chegou a uma resolução entre as partes. Em 2018, a Guiana procurou a CIJ para julgar o caso e tentar chegar a uma solução.

Apesar de dizer querer resolver o conflito pelo caminho diplomático, a Venezuela não reconhece a jurisdição da CIJ para julgar o caso e Maduro tem considerado o Essequibo como parte da Venezuela desde o plebiscito no dia 3. Na terça-feira, o ditador apresentou um novo mapa com a região anexada e ordenou que fosse distribuído em todo o país.

Ele também determinou a criação de um Estado da Guiana Essequiba e instou a empresa estatal de petróleo PDVSA a "criar a divisão PDVSA-Essequibo" e conceder licenças operacionais para a exploração de petróleo, gás e minerais na região de forma imediata. Uma "zona de defesa integral da Guiana Essequiba" localizada em Tumeremo, na fronteira com o Essequibo, também foi criada por Caracas. O general Alexis Rodríguez Cabello foi designado como "único responsável" pela área.

Os ministros das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, e da Guiana, Hugh Todd, anunciaram na quarta-feira, 6, que ambos países irão manter "canais de comunicação" para tentar evitar a escalada do conflito. "A pedido da parte guianense, o ministro Hugh Todd teve uma conversa telefônica com o ministro Yván Gil para tratar do tema da controvérsia territorial", disse o governo venezuelano em um comunicado.

"A parte venezuelana aproveitou para informar o governo da Guiana sobre a participação esmagadora que teve a consulta popular, gerando um mandato inapelável" e "expressou a necessidade de interromper as ações que agravam a controvérsia", acrescentou.

Mercosul não pode ficar alheio à crise entre a Venezuela e a Guiana, diz Lula

JÉSSICA PETROVNA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que o Mercosul não pode ficar "alheio" à crise entre a Venezuela e a Guiana na disputa territorial pelo Essequibo. Lula abriu a Cúpula do bloco sul-americano no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, em meio à escalada do conflito e propôs uma declaração em defesa da paz. "Estamos acompanhando com preocupação a situação no Essequibo", disse Lula. "O Mercosul não pode ficar alheio", continuou o petista acrescentando que esse tema não deve "contaminar" a agenda da integração regional, que tem sido defendida pelo Brasil durante a Cúpula do Mercosul.

O presidente sugeriu ainda que a Celac, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, deve dialogar com os dois lados do conflito e se colocou à disposição para receber as reuniões em Brasília. "Vamos tratar esse assunto com muito carinho porque o que não queremos na América do Sul é guerra, não precisamos de conflito, precisamos construir a paz", disse.

Na quarta-feira,, no encontro de autoridades que antecedeu a Cúpula, o ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira defendeu a importância do bloco para a manutenção da paz no continente. "Num mundo conturbado por tantos conflitos, é sempre importante lembrar a contribuição do Mercosul para que a América do Sul constitua hoje a zona de paz mais extensa do mundo", disse o chanceler, que logo depois se reuniu com Lula e com o assessor da Presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim.

A disputa por território na fronteira Norte do Brasil escalou nesta semana, quando o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ordenou a criação do Estado da Guiana Essequiba e montou um plano de exploração de petróleo para área de 160 mil quilômetros quadrados. O território equivale a 75% do território do país vizinho.

LAS VEGAS

Atirador que matou 3 em universidade era professor e tentou emprego no local

O homem suspeito de um tiroteio que matou três pessoas e feriu outra em uma universidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, na quarta-feira passada, era um professor que havia procurado recentemente emprego na instituição e não teve sucesso, disse um policial com conhecimento direto da investigação.

O atirador foi morto em uma troca de tiros com a polícia. Ele previamente havia trabalhado na East Carolina University, de acordo com a fonte que falou sob condição de anonimato por não estar autorizada a divulgar informações sobre o caso. A polícia não identificou a identidade do autor do tiroteio, bem como as das vítimas.

Relatos de tiros por volta das 11h45 da manhã fizeram com que a polícia invadisse o campus enquanto estudantes e professores se escondiam dentro de salas de aula e dormitórios. O tiroteio começou no quarto andar do prédio, e o atirador subiu vários andares antes de ser morto em um tiroteio com dois detetives universitários do lado de fora do prédio, disse o chefe de polícia da universidade, Adam Garcia.

A professora Kevaney Martin procurou cobertura embaixo de uma mesa em sua sala de aula, onde outro funcionário da universidade e três alunos se abrigaram com ela. "Foi aterrorizante. Eu não consigo nem começar a explicar", disse. "Eu estava tentando me manter firme pelos alunos e tentando não chorar, mas essas emoções são algo que eu não quero nunca mais viver."

Kevaney disse que ele estava mandando mensagens para amigos e pessoas queridas, esperando receber a notícia de que o suspeito tinha sido detido. Quando outro professor foi à sala e disse para eles saírem, eles se juntaram a dezenas de outras pessoas correndo para fora do prédio. Kevaney disse que ela e seus alunos entraram no carro dela e dirigiram para fora do campus.

"Quando já estávamos fora da universidade, estacionamos e ficamos parados em silêncio", ela conta. "Ninguém disse uma palavra. Nós estávamos em choque."

Matthew Felsenfeld disse que ele e outros 12 alunos seguraram a porta de um prédio perto do diretório dos estudantes. "Esse é um momento que você liga para os seus pais e diz a eles que os ama", conta Felsenfeld, um estudante de jornalismo de 21 anos.

Outro aluno, Jordan Eckermann, 25 anos, disse que estava na aula de direito empresarial em uma sala de aula no segundo andar quando ouviu um grande estrondo que pensou ter vindo de uma aula de música vizinha.

Mas então um alarme disparou, fazendo com que os alunos se levantassem. Alguns saíram correndo da sala em pânico, enquanto outros seguiram as instruções do professor para manter a calma. Ele saiu e olhou nos olhos de um policial com um colete à prova de balas e uma arma longa. Roupas, mochilas e garrafas de água estavam espalhadas pelo chão.

Eckerman disse que murmurou para o policial: "Para onde eu vou?" O oficial apontou para uma saída. Minutos depois, quando estava do lado de fora, Eckermann disse ter ouvido rajadas de tiros, totalizando pelo menos 20 tiros. O ar cheirava a pólvora. Ele disse que continuou saindo do campus, embora não soubesse para onde ir.

Não ficou imediatamente claro quantos dos 30 mil estudantes estavam no campus naquele momento, mas o xerife Kevin McMahill disse que os estudantes estavam reunidos do lado de fora do prédio para comer. Se a polícia não tivesse matado o agressor, "poderiam ter sido incontáveis vidas adicionais ceifadas", disse ele.